

A diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) vem por meio desta se manifestar veementemente contra as sugestões do Banco Mundial para que o Brasil deixe de ter um Sistema de Ensino Superior Público Gratuito. Se no passado esse sistema apresentou distorções, privilegiando o acesso às já privilegiadas classes sociais de maior renda, a partir de 2012, com a adoção dos Sistemas de Cotas, ocorreu uma democratização desse sistema, permitindo que grupos historicamente excluídos desse processo, estudantes de baixa renda do ensino médio público e gratuito e os grupos autodeclarados PPI (preto, pardo e indígena), passassem a ter acesso à universidade pública e gratuita.

Dados da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) mostram que o perfil de renda dos discentes nas Instituições Federais de Ensino Superior alterou-se bastante na última década, reduzindo significativamente o percentual de discentes nas faixas de renda mais alta (acima de 10 Salários Mínimos) e ampliando nas faixas de renda mais baixa (de 1 a 2 Salários Mínimos). Ainda assim, a parcela de jovens entre 18 a 24 anos que concluem o ensino superior é de apenas 18%, metade da taxa dos países da OCDE, conforme constatado em recente relatório da Oxfam-Brasil.

Em um país com uma das piores distribuições de renda do mundo, atacar a esfera pública sob o pretexto de um pretense ajuste fiscal é no mínimo de má fé, pois já é amplamente comprovado que o desmonte dos sistemas públicos só agrava as desigualdades sociais. O problema está na bilionária política de desonerações para o agronegócio e à elite financeira realizada por um Governo Federal que naufraga em acusações criminais feitas pelo Ministério Público Federal. Dessa forma, o Brasil está na contramão de países que apresentam um sistema de arrecadação mais vigoroso e que chegam a taxar fortemente a renda de seus cidadãos mais ricos (alíquota de 35% nos Estados Unidos, 43% na Itália e 45% na Austrália, apenas como exemplos, enquanto no Brasil a maior alíquota é de 27,5%).

Por outro lado, os gastos com a universidade pública no Brasil não dizem respeito apenas ao ensino, mas também à pesquisa básica e aplicada. Diferentemente de outros países, não existe aqui um sistema privado de pesquisa e inovação que cumpra esta função estratégica. Dessa forma, a inovação tecnológica, tão difundida pelo Banco Mundial e outras agências multilaterais como condição *sine qua non* ao desenvolvimento, vem no Brasil justamente da universidade pública que se pretende desmontar.

A defesa, por parte da grande mídia e dos grandes bancos, da cobrança de mensalidade nas universidades públicas, dos cortes orçamentários ao sistema de ciência e tecnologia e das frequentes ameaças ao financiamento de bolsas de estudo revelam uma postura ideológica contrária aos interesses da maioria da população, nada tendo a ver com questões fiscais de fato. Dessa forma, a ANPUR se manifesta contrária a toda e qualquer iniciativa que possa penalizar os grupos sociais de menor renda, historicamente excluídos do processo de desenvolvimento nacional e repudia fortemente a ingerência das agências multilaterais internacionais, que vêm historicamente se alinhando com o ideário e o discurso da elite financeira mundial em detrimento das políticas nacionais soberanas favoráveis à universidade pública, gratuita, de qualidade e promotoras de inclusão social.